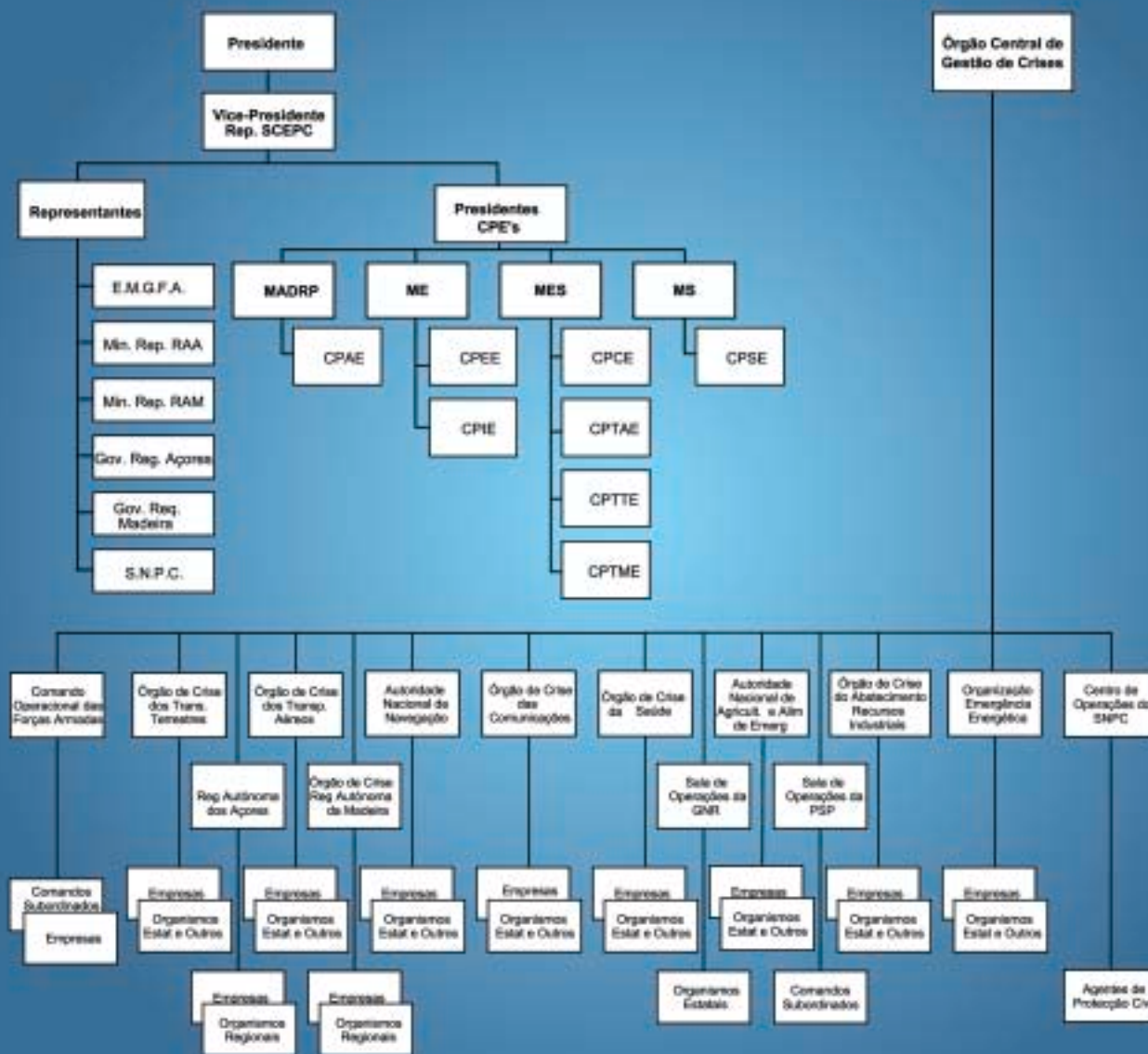


PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA E GESTÃO DE CRISES



**TODOS ESTES ÓRGÃOS PRECISAM DE COLABORAR ...
TAL COMO OS SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**



Com ferramentas desenvolvidas por si própria, a EDISOFT identifica necessidades, integra processos, plataformas e aplicações, e desenvolve Sistemas Coerentes de Apoio à Decisão.

Com a Qualidade e Segurança ganha na sua longa experiência de trabalho em sistemas de Defesa para as Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

www.edisoft.pt

Av. Joaquim António de Aguiar 66, 4º 1070 LISBOA - PORTUGAL
Tel 351.1.384 5940 Fax 351.1.386 4874



Os aspectos ambientais concernentes à Água no Planeamento Civil de Emergência

Por Eng^o Rui Rodrigues; Dr^a Ana Rita Lopes; Eng^a Cláudia Brandão

A gestão da água e o planeamento da sua utilização sustentável são dos maiores desígnios ambientais das sociedades modernas.

A expressão Desenvolvimento Sustentável foi usado pela primeira vez pelo World Conservation Union em 1980 e foi catapultado para o universo das expressões sonantes após a sua exposição no relatório Brundtland das Nações Unidas (1987) e da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro (1992).

A nível das utilizações da água a observação deste princípio significa não sobreexplorar os recursos hídricos, ainda que renováveis, pois de outra forma compromete-se a sua utilização pelas gerações futuras.

Extremar a intervenção humana no ciclo hidrológico pode efectivamente interferir no equilíbrio dos sistemas hídricos mas de duas maneiras distintas:

- comprometendo irremediavelmente a reposição das condições antecedentes à introdução da perturbação, ou tão somente;
- desqualificando temporariamente uma utilização da água, havendo então que associar a este risco de ocorrência um planeamento de emergência.

Alterações do primeiro tipo são fortemente condenáveis e requerem uma avaliação permanente e rigorosa dos impactos ambientais de qualquer intervenção planeada, de modo a que desastres ecológicos como o da asfixia do mar de Aral (por derivação das águas do Amu Darya para a rega do algodão no Turquemenistão) ou da secagem das zonas húmidas de la Mancha (por excessiva extracção de água subterrânea), não se repitam. É o caso extremo da insustentabilidade de soluções de curto prazo.

O segundo tipo de desqualificação, temporária, de uma utilização da água (seja para abastecimento, ou para manutenção dos ecossistemas numa massa de água, ou para prática de banhos, ou ainda para rega) está geralmente associado a acidentes de poluição e deve-lhe ter associadas três etapas do planeamento de emergência:

- 1 um levantamento tão exaustivo quanto possível das zonas vulneráveis com qualificação do grau dessa mesma vulnerabilidade;
- 2 sistemas de vigilância (através da monitorização em contínuo) com capacidade de emissão de alertas (com recurso às novas tecnologias de telecomunicação);
- 3 planos de contingência (para accionamento em situação de crise declarada).

Há, contudo, outro tipo de riscos com génese na água, também ligados a situações extremas de ocorrência (i.e., de baixa probabilidade), que corrompem temporariamente as condições médias, mas onde o desencadeamento é natural e não induzido pelo Homem: são as cheias, as secas, os maremotos e a liquefação de solos. Dentro destes as cheias e as secas são os que mais frequentemente provocam perdas materiais e humanas e que obrigam igualmente ao estabelecimento das três etapas do planeamento de emergência atrás referidas.

Neste domínio dos fenómenos extremos naturais há que mencionar ainda o possível incremento do risco de exposição a uma crise devido a alterações progressivas

dos sistemas geoclimáticos, geralmente admitidos como estacionários: é o caso dos estudos ainda não conclusivos da influência da mudança climática no aumento da incidência de fenómenos extremos, e da degeneração progressiva associada à desertificação. Estes aspectos de progressiva alteração poderão mesmo pôr em risco a viabilidade de soluções presentemente sustentáveis; é neste sentido que foi introduzido um outro conceito-chave que é o do princípio da precaucionaridade, para lidar com este tipo de falha potencial.

A Emergência ligada aos Riscos Naturais (Cheias e Secas)

Como foi já referido, os riscos de natureza ambiental com génese na água podem estar associados a dois tipos de fenómenos extremos: naturais ou antrópicos (vulgarmente designados como tecnológicos).

Como todas as sistematizações, também esta peca por ser excessivamente sintética, havendo desastres químicos que poderão ter origem natural – basta pensar no que acontecerá a um aquífero que abrigue um depósito de lixos e que quebre o seu invólucro de selagem por acção de um movimento telúrico (ainda que esse tipo de vulnerabilidade devesse ser rastreado no estudo de impacto ambiental e ponderado para desqualificação da utilização prevista).

Nos fenómenos extremos naturais as cheias são aqueles que provocam maiores prejuízos e número de óbitos. Este número médio de mortes associadas às cheias não é contudo uniforme no Globo havendo geralmente maior número de mortes para uma mesma magnitude de cheia em países subdesenvolvidos.

A nível do nosso País, com excepção dos episódios trágicos de Novembro de 1967 na região suburbana de Lisboa e de Março de 2001 associados à queda da ponte de Entre-os-Rios, o número de óbitos associados a cheias não evidencia qualquer descontrolo da ocupação dos leitos de cheia e operação das estruturas hidráulicas (Fig. 1).



Fig. 1 Sistematização das cheias dos últimos 60 anos pelo relacionamento entre o número de vítimas e a magnitude dos fenómenos.

Há mesmo uma segunda tendência homotética de nivelamento do número de vítimas por quantitativos iguais ou inferiores a dois, ainda que a homotética superior também demonstre o potencial destrutivo das imponderabilidades.

Como está Portugal a nível das três etapas de planeamento de emergência de cheias?

No tocante à identificação das zonas vulneráveis às cheias existe um mapeamento recente que actualizou anteriores levantamentos de locais recorrentes e acrescentou outros locais potenciais face à hipotética rotura de barragens (Fig. 2). Este mapa definido no Plano Nacional da Água (2001) proporciona, à larga escala, uma caracterização aceitável das zonas críticas.



Fig. 2 Zonas de Inundação (PNA, 2001)

São essas zonas críticas que nortearam em 1996 o desenvolvimento do Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH) do INAG, proporcionando-lhe uma eficiente gestão das cheias. Esse sistema apoia-se em três módulos, a saber:

- um módulo de Detecção ou Aquisição, constituído por diversos sensores no terreno que permitem controlar as precipitações, os níveis hidrométricos e os caudais nos rios, e o armazenamento e operação das principais albufeiras do País (Fig. 3);
- um módulo de Processamento da Informação, onde ganha relevo o sistema de base de dados e a disseminação e visualização da informação através de sinópticos da situação (Fig. 4);
- um módulo de Previsão Hidrológica e Hidráulica, que apoia a gestão de crises através de modelos de simulação do escoamento a partir das condições meteorológicas (Fig. 5).



Fig. 3 Estação climatológica com teletransmissão de dados para o INAG.

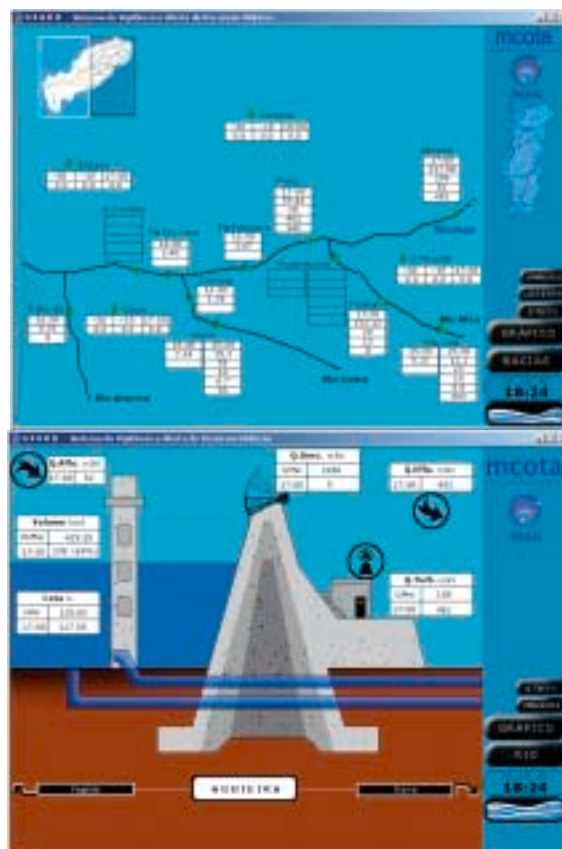


Fig. 4 Sinóptico da Informação hidrometeorológica do baixo Mondego.

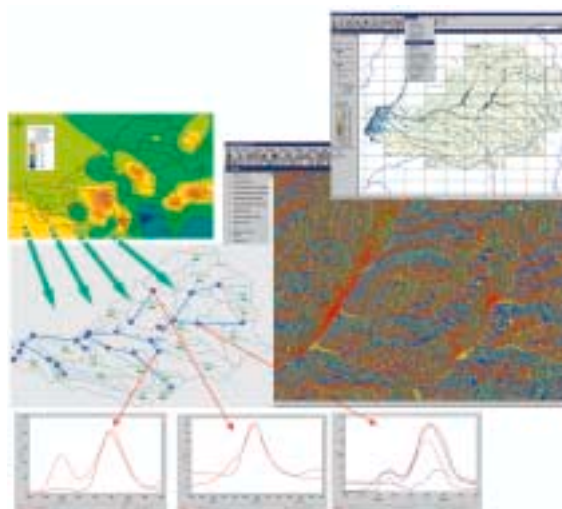


Fig. 5 Esquema dos procedimentos de modelação hidrológica do SVARH.



Este sistema é também útil para a gestão de secas devido a controlar todas as variáveis de interesse numa crise de escassez (reservas de água superficial, subterrânea, e sua qualidade). Na Figura 6 é exemplificado o balanço sequencial hidrológico onde são verificadas as alterações de armazenamento superficial numa albufeira e avaliadas as implicações de uma eventual recarga ou exaurimento por acção de uma campanha de rega.

No controlo das secas são também importantes as localizações das zonas vulneráveis mas, neste caso diversas componentes se conjugam. Assim, no domínio da maior incidência da seca meteorológica, isto é, da ausência de quantitativos significativos de precipitação anual, é observável pela Figura 7 que, dada a natureza abrangente de uma seca, todo o País é susceptível (quase que se poderá extrapolar esta constatação à península Ibérica). Há contudo a vulnerabilidade hidrológica criada pela maior ou menor capacidade de armazenamento superficial e subterrâneo, onde entra a identificação de todas as origens de água que servem os sistemas de distribuição.

Sobre a suficiência destas origens de água (superficiais e subterrâneas) em situação de escassez recai ainda o problema da qualidade da água.

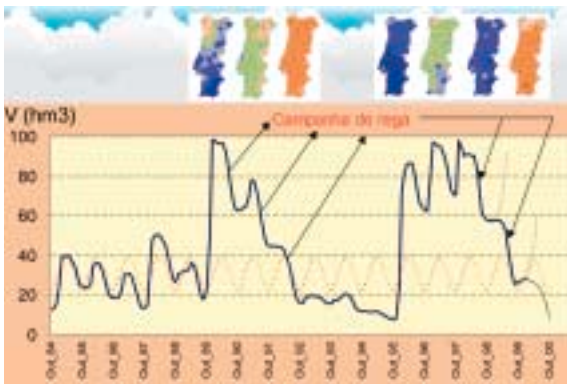


Fig. 6 Gestão de uma albufeira face às necessidades de rega e tendo em conta o balanço hidrológico.



Fig. 7 Número médio de anos em seca num período de 100 anos (Nota: no exemplo, um ano seco é aquele onde o valor anual de precipitação é inferior ao percentil 1% - alta excepcionalidade).

A Emergência ligada aos Riscos de natureza Antrópica (Acidentes de Poluição)

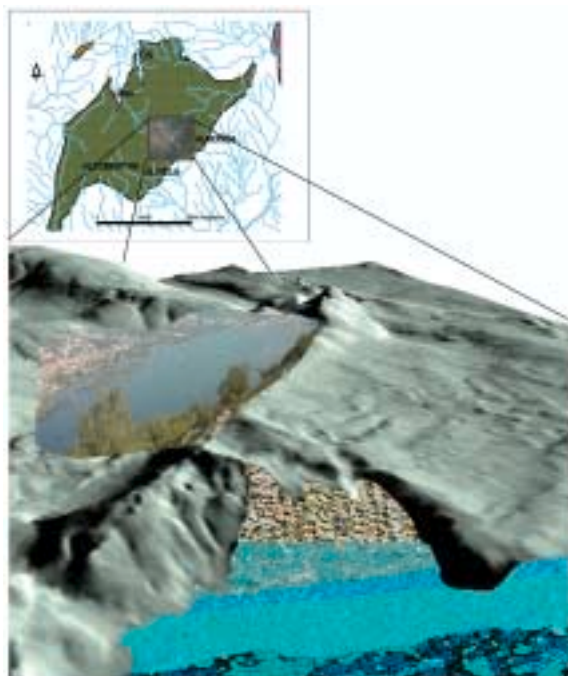
As águas subterrâneas; contrariamente ao que se pensa, constituem uma significativa origem de água de abastecimento às populações. Cerca de 60% do abastecimento público recorre a este recurso. Nalgumas zonas funcionam também como reserva estratégica, revelando-se particularmente importantes em períodos de seca. Daí a importância de preservação e protecção do recurso.

Não obstante as águas subterrâneas estarem mais protegidas, em virtude se encontrarem abaixo da superfície do solo, a ocupação do solo existente à superfície é um factor determinante que pode conduzir à degradação da qualidade deste recurso. Certas rochas devido às suas características intrínsecas apresentam maior vulnerabilidade à poluição, como é o caso das formações carbonatadas, e consequentemente aumenta o risco de contaminação do recurso, caso algum episódio poluente ocorra.



Certos acidentes de poluição que podem ocorrer, para além dos aspectos económicos que lhe estão associados, tornam-se normalmente mais gravosos devido às repercussões em termos de saúde pública.

Um exemplo emblemático do potencial risco de poluição é o caso do sistema aquífero do Maciço Calcário Estremenho, compreendendo a Serra d'Aire e Candeeiros, que é cortado pela auto-estrada A1. Esta zona corresponde a um importante sistema aquífero carsificado, detentor de formas cársticas conhecidas da população como as grutas e algares. Devido a estas "cavidades" este sistema apresenta elevada vulnerabilidade à poluição já que os circuitos hidráulicos permitem uma rápida "resposta" à entrada de substâncias contaminantes, transportando-os para as exurgências do sistema vulgarmente conhecidas por nascentes. Neste sistema o polje de Mira-Minde constitui porventura o ex-libris, sendo possível observá-lo após intensa e prolongada precipitação. Corresponde a uma depressão cárstica que inunda periodicamente durante a época das chuvas formando o designado "Mar de Minde".



Alguns circuitos hidráulicos do Maciço são já conhecidos. Assim, as águas do polje infiltram-se lentamente pelos sumidouros existentes na base do polje, indo alimentar as nascentes do Almonda e Alviela. Esta última nascente é actualmente aproveitada pela EPAL como reforço no abastecimento de água. Salienta-se ainda a importância deste sistema aquífero que vai alimentar outras nascentes importantes como: Alcobertas, Lena e Lis, sendo esta última nascente responsável pelo abastecimento de água a Leiria.



Recentemente foi notícia na comunicação social o problema de qualidade da água de abastecimento à cidade de Leiria, a qual ficou alguns dias sem água potável. O abastecimento desta cidade efectua-se regularmente através de captações muito produtivas junto das nascentes do rio Lis. O problema revelou-se em termos de qualidade da água, reflectindo a vulnerabilidade do sistema aquífero do Maciço Calcáreo Estremenho bem como a indevida

ocupação do solo existente na região que contribui para a degradação da qualidade da água deste sistema

A ocorrência de algum acidente com camiões de transporte de substâncias perigosas na AI constitui também motivo de planeamento de emergência, obrigando à definição de planos de contingência com procedimentos de verificação das consequências a nível da qualidade da água subterrânea da região e consequentemente no abastecimento de água a importantes aglomerados populacionais.

Um exemplo de acidente de poluição, foi o que ocorreu recentemente no Algarve a norte da povoação de Silves como resultado de um incêndio num armazém de pesticidas. Este armazém estava localizado sobre um sistema aquífero, o de Querença-Silves, também ele cársico, e consequentemente de elevada vulnerabilidade à poluição dando-se o fluxo subterrâneo em direcção ao rio Arade, no qual, ao longo do seu leito, emergem numerosas nascentes reflectindo a descarga natural do sistema. As substâncias perigosas por infiltração foram contaminar as águas subterrâneas deste sistema. Este incidente conduziu à suspensão do abastecimento público de água bem como à emissão de avisos às populações da região indicando que a água se encontrava imprópria para consumo nas inúmeras captações particulares existentes na região, e passível de pôr em perigo a saúde pública. Contudo, em virtude de se tratar de um sistema aquífero cársico, a velocidade do fluxo subterrâneo é rápida, pelo que, nas últimas campanhas de amostragem, para controlo da situação, já não foram detectadas substâncias perigosas na água subterrânea.

Face ao exposto ganha relevo a montante do planeamento civil de emergências relacionadas com o ambiente, o adequado ordenamento do território/ocupação do solo, tendo em conta as diversas componentes ambientais.



Salienta-se ainda que as águas subterrâneas em meios porosos, onde as velocidades de circulação do fluxo subterrâneo são mais lentas do que nos meios cársicos, uma vez poluídas torna-se muito difícil a sua recuperação, devido justamente aos longos tempos de residência dos poluentes no aquífero. Por outro lado, muitas partículas poluentes podem ficar adstritas ao solo libertando-se lentamente para o meio aquático.

Actualmente existem processos de remediação e reabilitação de aquíferos. Contudo, estes são onerosos e por vezes o processo de contaminação é irreversível, tornando-se sempre necessário efectuar uma análise de custos/benefícios; como corolário dos sistemas ambientais, o melhor caminho é sempre o da preservação e protecção do recurso.

Algumas Considerações sobre os Desafios de Segurança na Internet

Pedro Veiga

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e
Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN)

O crescente uso da Internet nas actividades diárias das pessoas e das empresas torna cada vez mais importante que esta infraestrutura funcione em condições óptimas. Com efeito as pessoas, as empresas e a Administração Pública necessitam de utilizar infraestruturas de comunicações em todas as suas actividades e as comunicações são um componente que tem vindo a ser usado de modo crescente como factor para o aumento da produtividade, de redução de custos e de concretização de um novo canal de comunicação.

Durante a última década do século XX as comunicações usando a tecnologia da Internet aumentaram a sua importância relativa face às comunicações tradicionais pelo que a alta disponibilidade desta rede se tornou imprescindível para o desenvolvimento económico e social dos países. Por outro lado este facto também potencia as situações de (ab)uso da Internet como um veículo para a concretização de fraudes, de ataques de segurança ou de outros atentados ao normal uso da rede e dos sistemas informáticos que lhe estão ligados.

Desafios para uma Organização

Atendendo à enorme dimensão e complexidade da Internet actual torna-se difícil enumerar todos os tipos de problemas de segurança que se colocam aos seus utilizadores. Por permitir a inclusão da maioria das situações de interesse, iremos centrar a nossa atenção no caso das redes das organizações pois a análise dos desafios de segurança existentes nestes casos possibilitam uma cobertura suficientemente ampla dos problemas.

A utilização da Internet por uma organização inclui, regra geral, o uso de pelo menos vários serviços. Sendo nosso objectivo apresentar algumas situações práticas vamos apresentar um caso típico que depois usaremos para descrever os principais desafios de segurança da Internet actual.

Consideremos o caso de uma organização que efectua a ligação dos seus computadores à rede Internet através de um operador de Internet (vulgarmente conhecido por ISP – Internet Service Provider); através desta ligação e caso nenhuma precaução de segurança seja tomada, os computadores da organização podem aceder sem limites à Internet e, de igual modo, um utilizador da Internet pode chegar até aos computadores da empresa. Dos computadores da organização é costume que, pelo menos um, tenha funções dedicadas a serviços como



tratamento de correio electrónico (servidor de correio electrónico), de disponibilização de páginas WWW para o interior da organização (a Intranet da organização) e para o exterior da organização (a sua Extranet, através do qual a organização disponibiliza serviços aos seus clientes ou utentes). Também, em muitas situações, os vários computadores da organização que contém recursos de informação importantes (bases de dados, designadamente) ficam assim ligados à Internet.

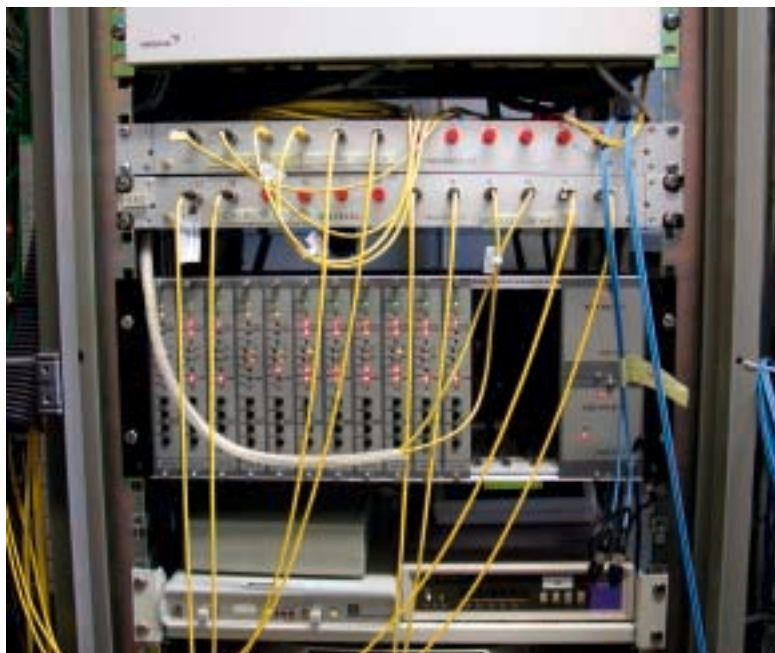
Como muitas organizações estão localizadas em mais do que um local, é vulgar que o cenário de ligação da rede local da organização que acabámos de

descrever seja replicado para os vários locais da organização, isto é, a ligação ao ISP multiplica-se pelo número de locais onde a organização tem presença.

Suponhamos que esta organização, para além da utilização da Internet para a ligação dos seus computadores, também implementou um sistema de VoIP (Voice over IP) através do qual a infraestrutura de comunicações da organização é partilhada para o uso de dados e de voz.

Neste cenário com alguma complexidade, para garantir o bom funcionamento da empresa torna-se necessário que a infraestrutura de comunicações da empresa esteja devidamente protegida. É natural que os responsáveis pelas comunicações da empresa tenham feito uma análise de risco da infraestrutura de comunicações e tenham tomado uma série de medidas visando múltiplos aspectos dos quais salientamos alguns:

- garantia de fiabilidade de todas as ligações, com eventual redundância a nível físico dos acessos de comunicações por exemplo recorrendo a operadores diferentes para as ligações mais críticas – pois caso contrário se se verificar uma falha podem ficar sem comunicações de dados e de voz (recordemos que assumimos o uso de VoIP)
- procedido à instalação de firewalls nos vários acessos e feito a sua configuração de acordo com as políticas de acesso dos serviços da empresa e dos seus funcionários (por exemplo, restringir o acesso à Internet exclusivamente aos funcionários que dela necessitam para as suas funções)
- instalado um servidor de correio electrónico, através do qual flúem todas as mensagens de correio electrónico com o exterior e que processa todas as mensagens com um anti-vírus para garantir que mensagens com vírus não são entregues aos utilizadores internos; eventualmente o servidor também será configurado para registar os



endereços de origem e de destino de cada mensagem, para fins de auditorias de segurança

- no servidor de correio electrónico as versões de software instaladas, quer para o sistema operativo quer para o software do servidor; correspondem a versões onde são instalados todos os patches que eliminam as falhas de segurança conhecidas e outras debilidades como as que permitem o uso do servidor como replicador de spam
- está instalado um sistema de gestão de rede que permite aos operadores da infraestruturas a identificação expedita de ataques de segurança
- é produzida documentação de segurança para os utilizadores e são feitas acções de formação sobre este assunto para os funcionários

Estes aspectos estão longe de ser exaustivos mas demonstram algumas das muitas dimensões que é preciso tomar em consideração face ao crescente papel que os sistemas de informação e as redes usando a tecnologia da Internet desempenham na nossa sociedade.

Outros problemas

Com a automatização, pelos criminosos informáticos, de muitos tipos de ataques de segurança, tem vindo a ser exploradas situações como as de injeções maciças de tráfego na rede de uma organização. Assim a rede da organização fica fortemente saturada, tornando-se inoperacional do ponto de vista prático. Esta situação, designa-se por negação de serviço e impede a organização de usar o seu acesso à Internet para os seus fins normais. São conhecidos exemplos de ataques de negação de serviço a sítios Internet de empresas de comércio electrónico que os impedem de efectuar transacções com os seus clientes e com os inerentes prejuízos económicos.

Esta mesma automatização permite que criminosos informáticos consigam hoje, através do uso de sofisticados sistemas, automatizar muitas tarefas de exploração das

debilidades das organizações. Claro que os sistemas de protecção mais avançados já estão preparados para prevenir estas situações; por exemplo a maioria dos firewalls detectam tentativas de acesso inválido provenientes do mesmo sistema ou de sistemas na mesma rede e isolam esse tráfego.

Segundo um estudo recente publicado na Network Magazine e onde é citado um estudo do FBI/CSI "Computer Crime and Security Survey of Computer Security Practitioners" os tipos de ataques mais frequentes são, por ordem decrescente de importância os seguintes: vírus, acesso ou abuso da rede por funcionários internos da organização, penetração nos sistemas, negação de serviço, roubo de informação

da organização, sabotagem, fraudes financeiras e falhas dos meios de telecomunicações que suportam os acessos à Internet.

Este estudo daria azo a uma análise aprofundada mas limitamo-nos, pela natureza deste texto, a salientar a importância de dar igual atenção aos aspectos externos e internos da rede: uma parte importante dos crimes informáticos são feitos dentro da organização.

Orientações sobre Cibersegurança da OCDE

A OCDE é uma das organizações internacionais que tem vindo a preocupar-se com a problemática da segurança no Ciberespaço. Em especial os atentados de 11 de Setembro de 2001 trouxeram nova actualidade aos problemas da segurança das comunicações na Internet, até porque desde o último relatório sobre o tema da segurança dos sistemas de informação elaborado pela OCDE, em 1992, verificaram-se importantes alterações conjunturais. Na realidade o dramático crescimento na utilização dos sistemas de informação e de redes pelos governos, pelas empresas, por outras organizações e pelas pessoas veio tornar a nossa sociedade mais dependente do bom funcionamento desta infraestruturas. Estes factos tornam esta infraestruturas mais importante para o desenvolvimento económico e social mas, por outro lado, um alvo mais aliatante para criminosos.

As orientações da OCDE reconhecem que a crescente capacidade de interligação das redes e, em especial da Internet, expõe os utilizadores e as organizações a um leque mais amplo de desafios de segurança e a crescentes vulnerabilidades. Assim torna-se fundamental a tomada de medidas concretas em várias áreas, desde a instalação de equipamentos técnicos e software específico para segurança, à concretização de políticas de segurança mais estritas e, como uma novidade, mostra-se a crescente importância de alertar a enorme base de utilizadores do Ciberespaço para a problemática da segurança através de campanhas que criem uma "cultura de segurança".



Não sendo possível neste artigo abordar em profundidade todos aspectos focados nas orientações do relatório da OCDE, limitamo-nos a apresentar um extracto dos Princípios enunciados com vista à criação da referida "cultura de segurança" nos utilizadores, nos governos, nas empresas e outras organizações.

Alertar os utilizadores dos sistemas de informação e das redes sobre o contributo que podem dar para garantir e reforçar a segurança

Informar os utilizadores das redes e dos sistemas de informação da responsabilidade que cada um tem no estabelecimento de um ambiente de segurança

Chamar a atenção para a importância de os utilizadores responderem de modo activo na cooperação necessária a prevenir, detectar e responder eficazmente a incidentes de segurança

A necessidade de assumir comportamentos éticos na utilização da rede designadamente através do desenvolvimento e adopção de boas práticas e de códigos de conduta que reconheçam a importância da segurança

A imprescindibilidade da segurança dos sistemas de informação das redes ser concretizada com respeito pelos valores democráticos da nossa sociedade

A importância de fazer avaliações de risco que permitam avaliar todos os factores técnicos, organizativos, sociais e económicos para concretização de políticas de segurança adequadas aos sistemas e informação e às redes envolvidas

A segurança deve ser incorporada como um elemento fundamental na concepção e implementação de qualquer sistema de informação e de qualquer rede

Na gestão dos sistemas de informação e das redes devem ser prosseguidas vias dinâmicas e activas na procura dos compromissos óptimos entre os resultados da análise de riscos e os desafios resultantes da crescente dinâmica destes sistemas e redes

Os participantes e utilizadores dos sistemas de informação e das redes devem rever e reapreciar as políticas de segurança, o modo como são concretizadas e respectivos procedimentos, com vista à sua permanente actualização face ao ritmo rápido de evolução dos novos desafios de segurança

Nota final

A Internet e os recursos de informação a que através dela temos acesso – o Ciberespaço – são imprescindíveis para o progresso da nossa sociedade mas exigem uma crescente atenção e consumo de recursos humanos e materiais. Mas obrigam também a um cuidadoso processo de planeamento e concretização de políticas de segurança.

Por outro lado o constante aumento da base de utilizadores, que coloca a rede à disposição de utilizadores cada vez menos especializados, obriga os governos a preocuparem-se com a difusão junto do grande público dos problemas de segurança do Ciberespaço e das boas práticas a que cada um deve obedecer nas suas actividades diárias.



A REFER

constrói as LINHAS do futuro



A REFER é a empresa portuguesa responsável pela gestão das infra-estruturas ferroviárias. Um mundo de segurança em movimento que faz parte de um serviço continuamente melhorado. É no conforto, na mobilidade e na qualidade de vida de todos que estamos a apostar quando investimos na modernização do caminho-de-ferro. O futuro é o único destino, e é consigo que o queremos viver.



Vias para o futuro

SEGURANÇA PORTUÁRIA

Maria de Fátima Grilo

- Subdirectora Central de Fronteiras
- Responsável pelo Posto de Fronteira Marítimo 201 Porto de Lisboa



| transportes

Os portos compõem-se de sistemas complexos integrantes de terminais especializados, de estruturas de acostagem para todo o tipo de tráfego marítimo nacional e internacional e encontram-se envolvidos na generalidade dos casos por aglomerados urbanos, tendo motivado após os acontecimentos ocorridos nos EUA em 11 de Setembro de 2001 o repensar do conjunto de medidas de segurança existentes ou em falta, sobretudo através de iniciativas várias protagonizadas pelos EUA junto de Organizações Internacionais, nomeadamente, junto da Organização Marítima Internacional e da Organização Internacional do Trabalho.



O levantamento do estado da questão na actualidade, e cingindo-nos à União Europeia, permite concluir pela oportunidade e importância do tema, já que os portos enquanto pontos de passagem autorizados e fronteira externa comum da U.E. possuem um estatuto similar aos aeroportos e iguais níveis de exigência, no que diz respeito ao controlo de entrada e saída de tripulantes e passageiros.

Os portos exigem no entanto uma atenção particular pela vasta área de jurisdição atribuída às administrações portuárias, distribuindo-se num recorte geográfico que requer actuação complementar das diferentes autoridades e uma articulação diária destas com os profissionais deste sector.

A intercepção de rotas mundiais fazem com que cada escala de um navio num porto forneça um vasto quadro de informação e implica uma resposta adequada em matéria de controlo e de segurança.

Os dois principais instrumentos legais internacionais que regulam as medidas de facilitação em porto – a Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional da IMO de 1965 e a Convenção I08 da OIT sobre os Documentos de Identificação Nacionais dos Marítimos de 1958, carecem de uma revisão por forma a que se harmonizem os critérios de facilitação aos critérios de segurança, numa complementaridade que não cause prejuízos no último caso.

Os acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA intensificaram e aceleraram uma discussão cujo preâmbulo já estava traçado.

Saliente-se pois, a iniciativa da IMO através do Doc. MSC/Circ. 443 de 26/09/86 no qual foram estabelecidas linhas orientadoras para a adopção de vários procedimentos:

- criação da figura dos responsável pelo plano de

segurança portuário, com a definição das suas competências em matéria de vigilância e treino de pessoal especializado

- estabelecimento de áreas restritas portuárias
- existência de equipamento específico para a inibição de introdução de armas a bordo, bem como de materiais perigosos
- clarificação das responsabilidades do oficial de bordo que gere o plano de segurança do navio e sua articulação com o responsável pelo plano de segurança do porto que o navio escala
- medidas de excepção a adoptar em períodos de crise
- pontos de controlo e acessos a áreas portuárias

- treino e formação dos responsáveis pelos planos de segurança dos navios. Em 2001, através do Doc. FAL 29/12/2 de 02/10/01 do Comité de Facilitação da IMO, foram elaboradas directivas a seguir para um programa de formação do pessoal com funções nos portos, tendo sido considerado que a ausência de uma formação do pessoal, em moldes uniformes, constitui um factor de risco, inclusive do ponto de vista da segurança marítima.

Em 1996 o Comité de Segurança Marítima elaborou o Doc. MSC/Circ. 754 de 05/07/96 relativo à adopção de medidas de segurança especificamente para ferries. Trata-se no entanto de um documento que deixa em aberto a possibilidade de uma extensão na aplicação das medidas protagonizadas a outro tipo de navios, importando uniformizar e pôr em prática procedimentos que obstem a uma ameaça terrorista. É ainda salientada a importância dos Estados procederem a uma revisão da respectiva legislação nacional no âmbito da segurança.

O enfoque dado nos vários planos de emergência portuários ao problema do derrame de hidrocarbonetos e à salvaguarda da vida no mar, do ponto de vista dos naufrágios, geridos localmente e sem respostas teóricas ou testadas mediante exercícios de simulação a fenómenos como o terrorismo e a imigração ilegal por via marítima, tal como a ausência de planos de segurança neste contexto, constituiu base sugestiva para a elaboração do Doc. MSC 75/ISWG/3 de 11/01/02 pelo Comité de Segurança Marítima.

Neste documento é sugerido aos Estados a criação de uma estrutura nacional com correspondentes pontos de ligação a nível local, designada por "Comité de Segurança Portuária", do qual fariam parte:

- Ministérios relacionados com a segurança nacional
- Serviços de imigração
- A Marinha

- A Polícia
- A Guarda Costeira
- A Alfândega
- As Autoridades Portuárias
- Os Serviços de Emergência e a Protecção Civil
- Representantes dos terminais portuários, estivadores, operadores portuários, agências de navegação, etc.
- Empresas de segurança portuária

Esta estrutura ocupar-se-ia da definição e gestão do sistema de segurança portuário, bem como da sua manutenção e actualização.

As áreas a contemplar nos planos de segurança portuários e nos planos de segurança internos dos próprios navios seriam:

- imigração ilegal
- clandestinos
- pirataria
- tráfico de estupefacientes

Considera-se também que os planos de emergência deveriam ser integrados nos planos de segurança.

Os portos não deveriam possuir preocupações apenas ao nível do "safety" mas também ao nível do "security".

Não só os aviões mas igualmente os navios, e nestes com destaque para os navios de passageiros, são potenciais alvos de ataques terroristas, levando à sua inclusão nos cenários tipificados dos planos de segurança.

A resposta rápida e incisiva dos E.U.^a encontra-se patente no "Port and Maritime Security Act of 2001", destacando-se as seguintes secções desta disposição legal:

- secção 102 – Estabelecimento de um Comité Nacional Consultivo em matéria de segurança marítima
- secção 103 – levantamento das vulnerabilidades portuárias e das necessidades de reforço de segurança
- secção 104 – Estabelecimento de comités locais de segurança portuária
- secção 105 – Estabelecimento de planos de segurança no âmbito da facilitação das operações portuárias
- secção 106 – Levantamento das áreas restritas do porto e estabelecimento de limites no acesso a informação sensível relativa a listas de passageiros e a manifestos de carga
- secção 111 – Melhorias nas infra-estruturas de segurança portuária
- secção 112 – Equipamento de detecção de intrusos e de monitorização nos portos
- secção 117 – Equipas de segurança e salvaguarda marítima
- secção 203 – Plano de segurança nacional do transporte marítimo
- secção 205 – Planos de segurança dos navios

As preocupações dos EUA não se limitam á obtenção de soluções nacionais para um fenómeno que possui contornos transnacionais.

A cooperação internacional e a uniformização de soluções no combate ao terrorismo são dois objectivos

imprescindíveis para que, quer o porto de origem como o porto de destino e os portos de escala intermédios eliminem eficazmente as ameaças no transporte marítimo.

Através do Doc. MSC 75/17/34 de 12/04/02 intitulado "Prevenção e combate de actos terroristas contra navios", é apresentada uma proposta para uma melhoria dos elementos de segurança nos documentos de identificação de marítimos, que permitem uma identificação positiva e inequívoca do seu titular:

Trata-se inclusive de se atingir o conceito de lista branca e de lista negra, conforme as cédulas marítimas sejam ou não emitidas cumprindo todos os requisitos de segurança e de autenticidade.

O facto da maior parte dos portos serem espaços abertos, de cais livre, sem demarcação da zona internacional portuária, implica o reforço da segurança e a fiscalização dos mesmos.



Importa acentuar que no espírito da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional e da Convenção 108 da OIT, aos tripulantes podem ser concedidas licenças para vir a terra, garantindo esse procedimento acesso ao porto e à zona urbana envolvente, sem a necessidade de formalidades de entrada por parte da autoridade de fronteira, encontrando-se os tripulantes simplesmente munidos de um "passe" ou nem mesmo de qualquer documento (deixado a bordo) – tal como é prática em alguns Estados da U.E.

Acresce a esta situação informações que dão conta da emissão de milhares de certificados fraudulentos pelo Panamá a supostos tripulantes.

As fronteiras marítimas enfrentam actualmente problemas que conduzem à revisão de conceitos e procedimentos.

Em Portugal procedeu-se por exemplo, à reestruturação do SAM – Sistema da Autoridade Marítima, dadas as novas realidades e os novos desafios que se apresentam à segurança marítima, sendo exigível uma atenção crescida tendo em vista a prevenção de situações potencialmente lesivas do interesse nacional e comunitário, nomeadamente: combate ao terrorismo e ao tráfico de pessoas. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras passou a integrar o SAM.

O follow up da identificação das vulnerabilidades dos portos e das ameaças crescentes a que estão sujeitos, implica de Portugal – país onde se situam 26 postos de fronteira marítima externa da União Europeia, uma participação e um acompanhamento das medidas necessárias ao reforço da segurança portuária. Só deste modo se dará cumprimento aos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Schengen integrado no Tratado de Amesterdão.

Será de referir que em 2000 Portugal foi o país da fachada atlântica europeia com maior número de escalas de navios de cruzeiro. O reforço da segurança dos terminais de passageiros e das áreas contíguas aos mesmos será o verdadeiro cartão de visita procurado pelos passageiros e pelos comandantes dos navios de cruzeiros.

No seio da União Europeia um dos itens em discussão após o 11 de Setembro consistiu no problema da segurança dos navios de passageiros e dos próprios portos.

Sem dúvida, os navios de passageiros consistem nos alvos móveis mais visados num potencial ataque terrorista, quer se tratem de ferries ou de cruzeiros.

A análise deste tema permite identificar vários níveis de preocupação:

- a adopção de medidas de segurança antes do embarque dos passageiros



- a adopção de medidas de segurança durante o embarque
- a adopção de medidas de segurança a bordo dos navios

Qualquer dos três momentos antes enumerados dependem de um plano de segurança eficaz na área portuária, sem o qual, podem existir falhas graves.

Para tal são necessários meios técnicos e humanos que garantam a fiscalização e o controlo da zona portuária e dos seus acessos.

A segurança portuária é entendida como uma questão complexa dada a vastidão dos acessos do porto. Só com método, pessoal treinado e qualificado e com adequados equipamentos, é possível restaurar a confiança no transporte de passageiros.

Este é pois um índice metódico sobre as abordagens imediatas ao 11 de Setembro de 2001.



AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO, LDA.



Agenciamento, Representação de Armadores de Linhas Regulares ou não regulares, Assistência e apoio a Navios e a Operações Portuárias, Angariação de Cargas e Actividades Complementares ao Transporte Marítimo.

Agente em Portugal de:

Portline – Transportes
Marítimos Internacionais, S.A.
(Portugal)

Mitsui O.S.K. Lines /
Mitsui Bulk and Car Carriers
(Japão)

Eimskip (Islândia)

Jumbo Navigation (Holanda)

Copenship, A/S (Dinamarca)

MTL (Alemanha)

MACS (Alemanha)

Programamos e executamos o Transporte de Mercadorias de e para qualquer parte do Mundo:

Serviço regular de contentores e material rolante para:
Madeira – 2 navios por semana, com escalas em Leixões, Lisboa e Funchal
Cabo Verde e Guiné Bissau – 2 navios quinzenais, com escalas no Norte da Europa, Portugal e Costa Ocidental de África

Consolidação de Contentores para qualquer destino (armazém próprio em Camarate)

Extremo Oriente / Portugal:

- Serviço semanal de Contentores via Roterdão
- Navios ro-ro para transporte de Automóveis

Islândia, Escandinávia e Báltico – Serviço Regular Semanal de Contentores;
Entre **Aveiro - Islândia e portos Escandinavos** – Navios regulares directos de Carga Convencional, incluindo refrigerada

Heavy Lifts de e para todo o mundo

Moçambique e África Oriental – Serviço regular Convencional

Portos Europeus – Lotes de carga homogénea granel e convencional

África do Sul e Moçambique – Carga Contentorizada (Booking Agents)

Atendimento e Assistência a Navios de Comércio e de Recreio através de um serviço permanente – 24 horas por dia, 7 dias por semana

Possuimos Escritórios em 6 dos principais portos Portugueses:

LISBOA: Av. Infante D. Henrique, nº. 332, 3º andar, 1800-224 Lisboa. Tif.: 218391880 – Fax: 218595224. lisboa.office@portmar.pt

LEIXÕES: R. Heróis de França, 211 – 3º. Esq., 4450-158 Matosinhos. Tif.: 229388749/50/1/2 – Fax: 229388754. porto.office@portmar.pt

AVEIRO: Porto Comercial de Aveiro, Terminal Norte – Edifício 6, sala 1, Forte da Barra, 3830 Ílhavo. Tif.: 234366673 – Fax: 234365523. aveiro.office@portmar.pt

SETÚBAL: R. Trabalhadores do Mar, 16 – 1º L, 2900-650 Setúbal. Tif.: 265534312 – Fax: 265522404. setubal.office@portmar.pt

SINES: R. Vasco da Gama, 5 r/c, 7520-243 Sines. Tif.: 269634382/3 – Fax: 269632691. sines.office@portmar.pt

FUNCHAL: R. Cónego Jerónimo Dias Leite, Edifício Marina Fórum, 3º andar, Sala 304, 9000-052 Funchal. Tif.: 291223226 / 291224563 – Fax: 291229737. madeira.office@portmar.pt

Exercício "BOGORODSK 2002"

Exemplo da cooperação no âmbito do Euro-Atlantic Partnership Council no combate ao terrorismo internacional



Coronel Tirocinado Francisco Nunes Roque
Adjunto da Vice Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência

O Ambiente Internacional da Segurança

O final da Guerra Fria e o conseqüente desaparecimento (ou pelo menos adormecimento) da ameaça de um conflito à escala planetária, designadamente com o recurso a armas de destruição maciça, trouxe ao mundo uma réstia de esperança de uma paz mais consistente, generalizada e duradoira, que a realidade que se seguiu em breve obscureceu.

De facto, ainda durante a última década do Sec XX e já nos primeiros anos do Sec XXI, o número de conflitos que, por todo o mundo, se mantiveram, reiniciaram ou eclodiram não deixou de crescer a um ritmo bem mais acelerado do que durante os cinquenta anos da Guerra Fria. Na própria Europa, que vivera durante estes anos o período de paz mais longo da sua história, geraram-se conflitos ainda não sanados definitivamente, com manifestações de violência que já se considerava impossível entre povos, ditos civilizados, do velho continente.

A par destes conflitos, perfilaram-se e têm vindo a desenvolver-se outros fenómenos - tais como as tradicionais rivalidades étnicas, os nacionalismos exacerbados, os fundamentalismos religiosos, o narcotráfico, a proliferação de agentes de destruição maciça, a explosiva emigração clandestina e outros - que, constituindo "riscos multifacetados e multidireccionais", têm dado lugar a outras formas de ameaça de entre as quais se destaca o terrorismo internacional

Actuando de forma tremendamente violenta e com conseqüências altamente gravosas, o terrorismo internacional evoluiu e adquiriu pujança outrora impensável, constituindo-se hoje como uma ameaça global à segurança dos estados, de ocorrência totalmente imprevisível, tanto no tempo como no espaço e no modo. Para esta evolução têm sido determinantes, entre outros, os seguintes factores:

- A crescente relevância que a religião vem assumindo como motivação das actividades terroristas, conferindo ao terrorismo internacional a qualidade de "guerra santa", que encoraja ao alistamento nos exércitos, exorta à emulação dos combatentes, não estabelece restrições aos meios a utilizar no combate e valoriza a massa dos infelizes abatidos,
- A eficácia da organização em que se apoia o terrorismo internacional que não olha a meios para atingir os seus objectivos;
- Os poderosos recursos financeiros de que dispõem os grupos terrorista, cuja obtenção e utilização é facilitada pela globalização das economias e pela conseqüente liberdade dos fluxos financeiros;

- O apoio de diversa natureza, e mais ou menos coberto, que o terrorismo recebe de alguns estados;

- Aspectos da política externa de alguns países ocidentais, explorados por organizações terroristas internacionais como motivação para as suas actividades.

As acções levadas a efeito pelas organizações terroristas internacionais, embora não sendo uma agressão de um estado por outro estado mas apenas por organizações não estatais, por vezes de duvidosa identificação, adquiriram, face às suas pesadas conseqüências, características de "terrorismo de massas". Deixaram, por isso, de ser meros problemas da segurança e da ordem interna dos estados, passando a ser consideradas como agressões

externas à integridade territorial e à segurança da população e, portanto, do domínio da defesa nacional dos países agredidos. Foi este entendimento que suportou a decisão do Conselho do Atlântico Norte considerar os ataques terroristas aos EUA, de 11 de Setembro de 2001, como abrangidos pelo Artigo V do Tratado do Atlântico Norte.

A evolução da natureza do terrorismo internacional tem-se reflectido na formulação dos conceitos estratégicos das organizações internacionais de segurança colectiva e dos estados, designadamente da OTAN e de Portugal que, fazendo do combate a esta ameaça um dos objectivos da sua política de segurança e de defesa, têm sentido a necessidade de proceder às adequadas revisões conceptuais. Assim, a OTAN procedeu a revisões do seu conceito estratégico em 1991 e em 1999, adequando-o à prossecução dos objectivos da sua política de segurança - que, no contexto do novo ambiente estratégico que se seguiu ao fim da Guerra Fria, assenta no diálogo, cooperação e manutenção de um potencial de defesa colectiva - para, entre outras finalidades, contemplar de forma mais consistente o combate ao terrorismo internacional, enquanto ameaça efectiva à segurança colectiva da Aliança e dos respectivos estados membros. Pelas mesmas razões e no mesmo sentido, Portugal procedeu, em 1994, a uma revisão do seu "Conceito Estratégico de Defesa Nacional" e, previsivelmente até ao final de 2002, será aprovada uma nova revisão cujos trabalhos estão em curso.

Tais conceitos, reconhecendo a gravidade da ameaça e o volume e a variedade dos recursos necessários para a combater de forma eficaz, apontam para necessidade de congregar esforços e apelam, no plano internacional, para a cooperação entre estados e organizações internacionais de segurança colectiva e, no plano interno de cada país para a cooperação entre as entidades e organismos com capacidades para agir.

Por outro lado, o novo ambiente estratégico, as alterações das fronteiras da Europa Central e do Leste e as ameaças

emergentes motivaram também mutações profundas nos alinhamentos internacionais. Assim, a OTAN:

- Estabeleceu acordos de "Parceria para a Paz" (PPF), com vista a "aprofundar as relações políticas e militares para fortalecer a segurança da Área Euro-Atlântica", tendo como consequência, sido constituído, em Dezembro de 1991, o North Atlantic Cooperation Council (NACC) que, substituído, em 1997, pelo Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC), integra actualmente 46 países, na sua maioria membros do extinto Pacto de Varsóvia, com vista à de cooperação em várias áreas, designadamente no combate ao terrorismo internacional;

- Integrou, em 12 de Março de 1999, três dos países que haviam pertencido ao ex-Bloco Soviético - a Hungria, a Polónia e a República Checa - passando a ser uma aliança de 19 países membros e para a qual se perfilam como candidatos outros países do Leste da Europa.

Consciente da importância da cooperação internacional no combate ao terrorismo, o EAPC aprovou o seu Programa de Acção, de curto, médio e longo prazo, com vista a melhorar a preparação civil contra possíveis ataques envolvendo agentes químicos, biológicos e radiológicos contra a população civil, no qual se prevêem actividades em vários domínios, entre os quais o dos exercícios.

O Exercício "BOGORODSK 2002"

No âmbito do referido Programa de Acção o Ministério da Federação Russa para a Defesa Civil, Emergências e Eliminação das Consequências dos Desastres Naturais (EMERCOM), em ligação e coordenação com o Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC) planeou, organizou e dirigiu o exercício "Bogorodsk 2002, que decorreu no Campo de Treinos do Centro de Treino do EMERCOM, em Noginsk (70 Km a Leste de Moscovo), no período de 24 a 26 de Setembro p.p..



I - Comando e espaços envolventes do Centro de treino do Emercom em Noginsk.

Este exercício, do tipo "livex", isto é, com a participação efectiva de elementos que no terreno desempenharam as suas tarefas como em circunstâncias reais, desenvolveu-se num cenário de simulação de ataques terroristas levados a efeito sobre uma fábrica de fertilizantes, uma refinaria de produtos petrolíferos, um entroncamento ferroviário e outras infraestrutura logística, com a libertação de produtos tóxicos e a ocorrência de incêndios e de desmoronamentos, que, provocando destruições, contaminações e colapso de estruturas, em grande escala; deram lugar a um pedido de assistência internacional.

No exercício participaram activamente cerca de 400 elementos, que integraram as diversas equipas de: comando e controlo, reconhecimento, busca e salvamento, combate a incêndios; evacuação de sinistrados e prestação de cuidados de saúde, descontaminação de pessoas, equipamentos e áreas, apoio a deslocados, etc.

Para além do EMERCOM da Rússia, do EAPC, do United Nations Office for Co-ordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA) e da Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW), participaram, também activamente, no exercício elementos de assistência a desastres, civis e militares, dos seguintes países membros do EAPC:

- Arménia, Bielorrússia, Itália, Polónia, Áustria, Finlândia, Moldávia, Suécia, Azerbaijão, Islândia, Noruega, Ucrânia.

Estes elementos constituíram uma Unidade Euro-Atlântica de Resposta a Desastres (Euro-Atlântica Disaster Response Unit (EADRU)), actuando sob coordenação de uma Autoridade Local para a Gestão de Emergências (Local Emergency Management Authority (LEMA)) russa, que integrou funcionários do EMERCOM e oficiais de ligação de todos os referidos países activamente participantes.

Participaram ainda no exercício, como observadores, representantes dos seguintes países

- Alemanha, Croácia, Itália, Portugal*, Áustria, Estados Unidos, Letónia, Reino Unido, Bélgica, Estónia, Moldávia, Rep. Checa, Bulgária, Finlândia, Noruega, Rep. Eslovaca, Suécia, Ucrânia.

* A representação nacional esteve a cargo de um dos adjuntos do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

O exercício "Bogorodsk 2002" teve como finalidade pôr em prática os procedimentos previstos pelo Euro-Atlantic Disaster Response Coordination Centre (EADRCC) e exercitar as capacidades de uma EADRU, constituída por elementos de vários países parceiros, com vista a avaliar e melhorar a preparação para gerir as consequências resultantes da acção de agentes químicos, biológicos e radiológicos.

E teve como objectivos:

- A cooperação internacional no âmbito do EAPC.
- O emprego de vários elementos de resposta a desastres, civis e militares, no país afectado;
- A recepção e apoio "host nation" aos elementos de resposta a desastres civis e militares;
- Coordenação e comunicações da LEMA russa, com os elementos de assistência internacional a desastres;
- A cooperação entre os elementos de resposta a desastres internacionais e os elementos de assistência a desastres na Rússia;
- Cooperação com a UNOCHA e a OPCW;

- O treino da detecção e identificação de vítimas, descontaminação, combate ao fogo, busca e salvamento em edifícios em ruínas, evacuação de populações atingidas e tratamento sanitário e evacuação;
- A interoperabilidade do equipamento e procedimentos de comunicações;
- Treino da LEMA russa e dos oficiais de ligação dos elementos nacionais participantes;
- O apoio logístico aos Elementos Nacionais de uma EADRU durante as operações; e
- A informação pública em situações de desastres graves.

O exercício "Bogorodsk 2002" desenvolveu-se em quatro fases, das quais se salienta:



2 - Acidente com derrame de líquidos tóxicos.



3 - Acidente com libertação de gases tóxicos.



4 - Acidente numa refinaria de produtos petrolíferos.

A Fase 2

Correspondendo à resposta prática a cada uma das várias situações do cenário, constituiu a parte substantiva do exercício, durante a qual foram exercitados e validados os procedimentos doutrinários estabelecidos e avaliada a preparação dos recursos empenhados para fazer face a situações desta natureza.



5 - Socorro a acidente ferroviário.



6 - Equipa de busca e salvamento num acidente com agentes gasosos tóxicos.



7 - Tribuna de Observação da Área de Treinos do Centro de Treino do EMERCOM.

A Fase 3

Tendo sido preenchida por uma demonstração conjunta dos meios de resposta a emergências que constituíram a EADRU, teve a assistência do Ministro do EMERCOM da Federação Russa e de outras altas entidades, bem como de bastantes observadores, representantes do UNOCHA; da OPCW, OTAN, EAPC e de países membros do EAPC;

Durante esta demonstração teve ainda lugar uma exposição de equipamentos e outros artigos destinados a prevenir e fazer face às consequências das situações de emergência, designadamente em que ocorra o emprego de agentes químicos, biológicos e radiológicos, fabricados em diversos países representados no exercício.

A quantidade e variedade de artigos expostos (alguns deles protótipos em ensaio), utilizáveis em situações muito diversificadas, são um indicio claro da importância e da atenção que os países representados dedicam à prevenção e ao combate às situações de emergência, em especial às que podem resultar de actos de terrorismo e do interesse das respectivas indústrias de defesa nesta área de actividade.

As diferentes acções do exercício foram conduzido em locais diversificados do Campo de Treinos do Centro de Treino do EMERCOM, designadamente:

- "Estações" simulando diversas unidades de produção industrial, uma refinaria de produtos petrolíferos, depósitos de combustível e de líquidos tóxicos e um acidente ferroviário;
- Áreas de descontaminação;
- Postos de primeiros socorros;
- Um hospital de campanha;
- Áreas de recolha e abrigo de deslocados.



8 - Evacuação para um posto de Primeiros Socorros.



9 - Área de descontaminação.



10 - Hospital de Campanha.

Paralelamente ao trabalho operacional que decorreu na área de treinos, no Centro de Treino do EMERCON em Noginsk, decorreram, em 25 e 26 de Setembro, seminários com a duração de meio-dia que trataram os seguintes temas, relacionadas com o exercício:

- Procedimentos relativos à Transposição de Fronteiras;
- Comando, Controlo e Coordenação,
- Gestão Sanitária dos Desastres; e
- Reforço da Lei e Operações de Recolha.

Conclusões

- a. O terrorismo internacional, com características de terrorismo de massas, tal como hoje se vem revelando, é uma efectiva ameaça externa à segurança dos estados, designadamente das suas populações, que não pode ser ignorada, devendo o seu combate ser considerado com grande atenção, no plano das políticas, conceitos e actividades de defesa nacional.
- b. Dado o volume e variedade de recursos necessários, a eficácia deste combate passa, no plano interno dos estados, pela cooperação de todas as entidades e organismos com capacidade para nele intervir, sendo de particular relevância o papel que as Forças Armadas podem desempenhar, pois são possuidoras de importantes recursos humanos e materiais especializados, know how e organização que não podem ser desprezados. No plano externo passa pela cooperação internacional que será tanto mais eficaz quanto mais alargada e quantas mais forem as áreas de actividade em que se verifique.
- c. A iniciativa da Federação Russa levar a efeito o exercício "Bogorodsk 2002" em conjunto com o EAPC, teve um inequívoco significado político, devendo ser interpretada como uma clara vontade de ambas as partes se envolverem cooperativamente na luta contra o terrorismo
- d. A finalidade do exercício, os seus objectivos e o tão significativo número de participantes reflectem a preocupação que o terrorismo internacional, tal como hoje se vem manifestando, tem merecido por parte de muitos estados e de organizações internacionais de segurança colectiva.
- e. Reflectem ainda o reconhecimento de que o combate contra tal ameaça, não sendo eficaz se conduzido separadamente e de forma descoordenada, passa necessariamente por uma cooperação internacional, tão alargada quanto possível que, no entanto, levanta alguns problemas relacionados com as dificuldades de comunicação, a ausência de uma doutrina de procedimentos comum, a interoperabilidade dos meios e outros, para os quais é imperioso e urgente encontrar soluções
- f. As necessidades de vultuosos e variados recursos materiais para prevenção e combate a situações de emergência, designadamente as decorrentes de actos de terrorismo com consequências em grande escala, são uma janela de oportunidades a que as indústrias de defesa de alguns países vêm prestando grande atenção e aproveitando com vantagens.

Tomada de Posse de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional

Em 06 de Abril de 2002, no Palácio da Ajuda, em cerimónia presidida por S. Ex^ª o Presidente da República, assumiu o cargo de Ministro da Defesa Nacional e de Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, o Dr. Paulo Sacadura Cabral Portas. Substituiu nestas funções o Dr. Rui Eduardo Rodrigues Pena.



Tomada de Posse de Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes



Em 08 de Abril de 2002, no Palácio da Ajuda, em cerimónia presidida por S. Ex^ª o Presidente da República, tomou posse como Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, o Dr. Henrique José Praia da Rocha de Freitas, em quem S. Ex^ª o Ministro da Defesa Nacional, delegou competência para despachar todos os assuntos relativos ao Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

Tomada de Posse da Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência



Em 17 de Setembro de 2002, no salão nobre do Ministério da Defesa Nacional, tomou posse como Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, a Dra. Maria de Almeida Figueirinhas. Substituiu no cargo o Tenente General Raul Durão Correia.

O Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência em Bratislava

O Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência fez-se representar na capital da República Eslovaca por um dos Adjuntos do Vice-Presidente, numa acção de Divulgação do Planeamento Civil de Emergência português, incluído no programa de Relações Bilaterais entre Portugal e aquela República Eslovaca, no âmbito da Defesa Nacional.

A Visita a Bratislava decorreu entre 29 de Maio e 2 de Junho de 2002, cumprindo o programa seguinte:

- Visita às instalações do MOD SK apresentando cumprimentos às entidades eslovacas.
- Apresentação de dois assuntos subordinados ao tema Planeamento de Defesa, a cargo do Coronel David e Silva do Direcção Geral de Política e Defesa Nacional.
- Apresentação do Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência, pelo Capitão-de-mar-e-guerra José M. Oliveira Monteiro do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.
- Apresentação da organização do Planeamento Civil de Emergência da República Eslovaca por um elemento do MOD SK.
- Visita a um centro de Gestão de Crises em Bratislava, que para além de estar preparado para gerir uma crise resultante de um incidente na central nuclear de produção de energia eléctrica, faz permanentemente a monitorização dos diferentes parâmetros de avaliação do funcionamento daquelas instalações, e da situação meteorológica da região.

Foi interessante constatar que o modelo de Centro de Gestão de Crises visitado, tem grandes semelhanças nos princípios e na estrutura, com os do projecto existente do projecto de Sistema Nacional de Gestão de Crises existente no CNPCE.



Participação na Equipa de Emergência Consular (EEC) que se deslocou à Venezuela

A pedido do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado das Comunidades, um dos Adjuntos do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência integrou a Equipa de Emergência Consular (EEC) que se deslocou à Venezuela, no período de 18 a 25 de Abril, para avaliar a situação dos elementos da Comunidade Portuguesa, na sequência dos acontecimentos que haviam ocorrido naquele país nos anteriores dias 11 e 12.

No âmbito da missão da ECC, competiu a este elemento do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência participar na análise da situação, no sentido de avaliar a necessidade de accionar o "Plano Regresso" para apoio dos cidadãos nacionais que, eventualmente, quisessem regressar a Portugal. No âmbito da missão.



Verificação dos danos provocados num estabelecimento comercial de um elemento da Comunidade Portuguesa.

Tendo-se apurado que não se justificava o accionamento daquele plano, o Adjunto do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, em contacto com o Consulado Geral de Portugal em Caracas e diversas organizações sociais e elementos representativos da Comunidade Portuguesa, procedeu à recolha possível de dados que fundamentaram a elaboração um estudo de situação sobre esta comunidade. Este estudo serviu de base ao projecto de um "Plano de Recolha e Abrigo, visando "a recolha e o abrigo temporário dos elementos mais vulneráveis e carenciados da Comunidade Portuguesa na Venezuela, garantindo-lhes condições mínimas de sobrevivência e protecção em situações de grave perturbação social, calamidade ou catástrofe", que foi integrado no relatório da EEC como base de trabalho para a elaboração do plano definitivo.

Crises Management Exercise 2002 (CMX 02)

Decorreu entre 31 de Janeiro e 06 de Fevereiro de 2002, no âmbito da Aliança Atlântica o exercício de Gestão de Crises, CMX 02, com a finalidade de exercitar procedimentos, medidas e concertações relacionados com a consulta e a produção da tomada de decisão colectiva da NATO em tempo de crise, incluindo a cooperação civil e militar, com o intuito de manter e aperfeiçoar a capacidade da Aliança para gerir crises. O cenário internacional concebido para o exercício situava-se no flanco Sul da Aliança e configurava uma ameaça, no âmbito do Art.º V do tratado de Washington, por parte de um país possuidor de Armas de Destruição Maciça (ADM).

De acordo com a Directiva Ministerial, a participação nacional, repartiu-se por três Células de Resposta:

- Célula de Resposta Política (CRP), que funcionou no Ministério da Defesa
- Célula de Resposta Militar (CRM), que funcionou no Estado-Maior General das Forças Armadas
- Célula de Resposta do Planeamento Civil de Emergência (CRPCE), que funcionou nas instalações dos Serviços de Apoio do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (SAP/CNPCE).



Assim, em conformidade com a Directiva Ministerial, o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência participou no CMX 02 com os SAP/CNPCE, as Comissões de Planeamento de emergência e os Órgãos de Crise sectoriais institucionalizados.

Exercício da União Europeia (UE) de Gestão de Crises (CME 02)

Decorreu entre 22 e 28 de MAIO de 2002, o exercício da UE de Gestão de Crises, CME 02.

A nível nacional, foi criada uma Célula de Resposta (CRN) para a fase activa do exercício, que funcionou nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), na qual estiveram representadas as entidades que, em consonância com o cenário, previsivelmente teriam um papel numa futura acção real da UE. O CNPCE esteve representado com um elemento destacado no MNE e com uma célula de resposta nas suas instalações, ligado as Comissões de Planeamento de Emergência sectoriais.



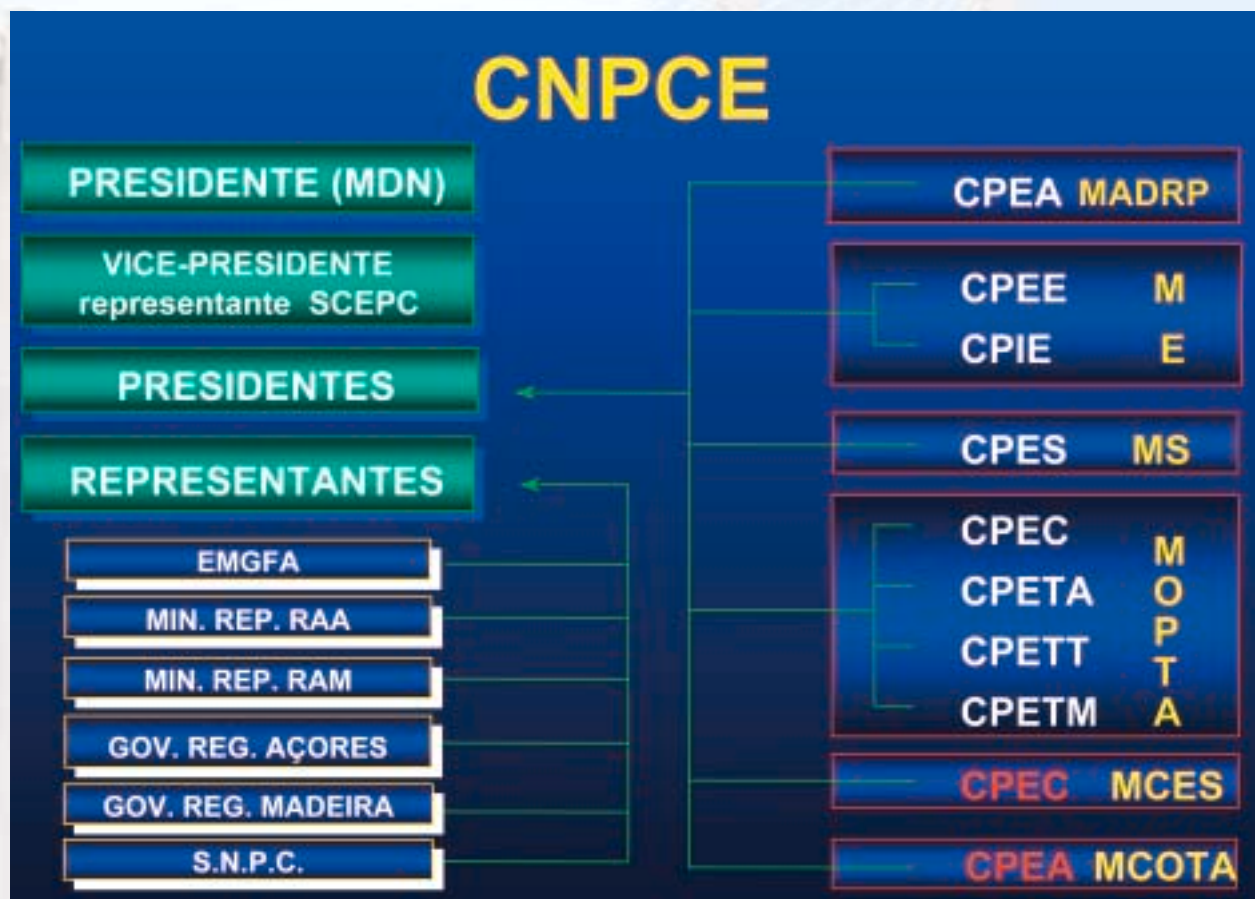
O CME 02 foi conduzido ao nível Político-Estratégico autonomamente pela UE, tendo como objectivos exercitar e avaliar um leque de procedimentos e estruturas de Gestão de Crises, incluindo a coordenação dos instrumentos civis e militares, na fase de pré-decisão pelo Conselho.

Em Portugal, tendo em conta os Objectivos Nacionais Específicos, definidos por Directiva Ministerial, o exercício foi utilizado para:

- Treinar a coordenação interna, garantindo a eficácia e a unidade de resposta nacional;
- Extrair lições quanto à melhor organização para a futura participação portuguesa em operações ou exercícios de Gestão de Crises da UE.

Salienta-se que este exercício foi o primeiro no quadro da Política de Segurança e Defesa (PESD), tendo contribuído positivamente para testar as estruturas e procedimentos nacionais de resposta para a eventualidade de uma operação de Gestão de Crises liderada pela UE.

CONSELHO NACIONAL DE PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA (Organograma)



CPEC e CPEA criadas pelo DEC. LEI. 128/2002 de 11 de Maio, em fase de Implementação



Jardim do Palácio da Bensúde